



DAG4297 - DIREITO APLICADO Á AGROECOLOGIA

IDENTIFICAÇÃO

CRÉDITOS			CARGA HORÁRIA TOTAL
TOTAL: 2	PRÁTICOS:	TEÓRICOS: 2	30

PROFESSOR(ES) RESPONSÁVEL(EIS) PELA ELABORAÇÃO: Prof. Dr. Antonio Lorenzoni Neto

DEPARTAMENTO: Departamento de Agronomia

SUB-TÍTULO

Disciplina Jurídica da Produção Agroecológica.

EMENTA

Definição, identificação e caracterização do bem jurídico ambiental constitucional. A função socioambiental das Cédulas de Crédito Rurais que fomentam a produção agroecológica. Licenciamento Ambiental.

PROGRAMA

1. Introdução ao Direito Ambiental, identificação dos seus princípios e o estudo do bem jurídico ambiental constitucional na produção agroecológica.
2. Cédulas de crédito rural passíveis de serem utilizadas na Produção Agroecológica e a função socioambiental dos contratos.
3. Licenciamento Ambiental e avaliações de impactos ambientais para a produção Agroecológica.

BIBLIOGRAFIA

- BETTIOL, W.; CAMARGO O. A. (Ed.). Lodo de esgoto: impactos ambientais na agricultura. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2006. 347p.
- BIM, Eduardo Fortunato. Licenciamento Ambiental. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa n.23, de 31 de agosto de 2005. Aprova as definições e normas sobre as especificações e as garantias, as tolerâncias, o registro, a embalagem e a rotulagem dos fertilizantes orgânicos simples, mistos, compostos, organominerais e biofertilizantes destinados à agricultura. Diário Oficial da União, Brasília, n.173, 08. set. 2005, Seção 1, p.12.
- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp 1090968/SP, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 15/06/2010, DJe 03/08/2010.



- CANOTILHO, José J. Gomes; LEITE, José Rubens Morato. Direito constitucional ambiental brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2007.
- CUTANDA, Blanca Luzano. Derecho Ambiental Administrativo. 10 ed. Madrid: DYKINSON, 2009.
- DIAS, José Francisco de Assis; DIAS, Riquiel Garcia. Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado: um mínimo de existencial à dignidade da pessoa humana. Maringá: Vivens, 2015.
- FARIAS, Talden. Licenciamento Ambiental: aspectos teóricos e práticos. 5 ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2015.
- FAZOLLI, Silvio Alexandre. Bem Jurídico Ambiental: por uma tutela jurídica diferenciada. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2009.
- GRANZIERA, Maria Luiza Machado. Direito Ambiental. 3 ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2014.
- LORENZONI NETO, Antonio. Contrato de Créditos de Carbono: análise crítica das mudanças climáticas. Curitiba: Juruá, 2009.
- LORENZONI NETO, Antonio; FREITAS, Vladimir Passos de. Licenciamento Ambiental de Atividades que Contribuem ao Agravamento das Mudanças Climáticas: caminhos de governança do Estado de Direito Ambiental. In: José Edmilson de Souza Lima; Maria Cláudia da Silva Antunes de Souza; Denise Schmitt Siqueira Garcia. (Org.). Direito ambiental II [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UNICURITIBA. 1ed. Florianópolis: FUNJAB, 2013, v. , p. 207-224.
- MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. 22 ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Malheiros, 2014.
- MILARÉ, Édís. Direito do Ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário. 10 ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.
- PIVA, Rui Carvalho. Bem Ambiental. São Paulo: Max Limonad, 2000.
- SILVA, José Afonso da. Direito Ambiental Constitucional. 10 ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2013.